

NOTA BIBLIOGRÁFICA

SERÁ PRECISO FALAR DE NOVO EM MORAL?

Marcelo Perine

“Toute morale, qu'elle se tienne dans la certitude ou qu'elle cherche dans l'insécurité, suppose que l'homme, capable d'observer des règles morales, est en même temps immoral: elle reconnaît l'immoralité de l'homme en reconnaissant qu'il peut et doit être amené à la morale”.

Eric WEIL, *Philosophie Morale*.

1. UMA QUESTÃO OPORTUNA E UMA QUESTÃO DE OPORTUNIDADE

A questão que abre este pequeno artigo é a tradução do título de uma das últimas e certamente mais densas conferências de Eric Weil, proferida poucos meses antes de sua morte ocorrida a 1º de fevereiro de 1977(1).

A questão é oportuna. Eric Weil, filósofo da atualidade nos dois sentidos da expressão, iniciou precocemente sua atividade filosófica ao apresentar em 1928, na Universidade de Hamburg, uma tese sobre a filosofia de Pietro Pomponazzi, dirigida por Ernst Cassirer(2). A sua iniciação filosófica, foi de certo modo determinante para o resto de sua vida; ele fez da interrogação sobre o sentido da realidade humana o norte da sua filosofia, à luz dos seus três grandes mestres: Aristóteles, Kant e Hegel(3); e a reflexão moral ocupou um espaço progressivamente maior no seu pensamento na medida em que foi se aproximando da maturidade, como podemos constatar por uma leitura do conjunto da sua obra(4).

Eric Weil jamais pretendeu ser um pensador original. Aliás, duas atitudes em filosofia provocavam nele uma verdadeira repugnância filosóficamente fundada: a abstração construtivista que tem como conse-

quência a redução da filosofia a um, entre outros, sistema hipotético-dedutivo(5), e a pretensão de originalidade que conduz a filosofia à falsidade, seja pela incoerência, seja pela sua incapacidade de compreender o que realmente importa segundo os discursos e as ações do todo mundo(6). Ele quis simplesmente realizar a tarefa do filósofo, vale dizer compreender ou, o que é o mesmo, "tomar juntas as contradições na unidade de um sentido, num discurso que concilia o homem como o que é como o seu outro e que não se torna mundo senão no discurso"(7).

A questão, dizia, é oportuna, a digressão não foi inconseqüente. É oportuna porque a moral não é simplesmente uma questão de filósofo, "se as questões de filósofo devem, como se supõe freqüentemente, ser desprovidas do atrativo da atualidade"(8). É oportuna porque é a questão de todo homem, este ser ao mesmo tempo moral e imoral, como lemos no texto que serviu de mote para estas reflexões, e que é a tese inicial da *Filosofia Moral* de Eric Weil; é oportuna também porque é a questão para todo homem que quer compreender coerentemente este ser que pode e deve ser conduzido à moral. Neste sentido ela é verdadeiramente uma questão de filósofo.

A oportunidade da questão mostra-se, portanto, na sua atualidade. Neste tempo que é o nosso, como costumamos dizer, a moral está em questão; afirmação que surpreende menos pela facilidade com que é dita que pela realidade que ela encobre e, lamentavelmente, falsifica. A moral hoje está em questão, certo. Mas é essa banalidade que precisa ser compreendida e não simplesmente usada como um alibi para justificar tudo e, pior ainda, para camuflar a recusa de uma verdadeira justificação diante do tribunal da razão. A moral está em questão mas a questão da moral parece não estar; em outras palavras, o declínio da discussão moral sobre a moral é um fato muito mais inquietante do que o assim chamado declínio da moral, pelo menos para quem quer compreender o sentido de um e de outro fato.

A afirmação pode soar destoante para o leitor que se mantém em dia com os fatos. A sexualidade, o aborto, as relações de trabalho, os temas relativos à legalidade das nossas instituições, os direitos humanos, os direitos das minorias, a lista poderia se prolongar, são temas que ocupam largo espaço nos meios de informação, mobilizam milhões de pessoas nas ruas, reúnem intelectuais em debates públicos e especialistas em congressos, simpósios, seminários. Não se pode negar uma verdadeira proliferação dos debates, das pesquisas de opiniões, das declarações de autoridade, das *disputas* entre valores e grupos opos-

tos, afirmados violentamente e por isso mesmo inconciliáveis. Disputa-se sobre questões de moral, é verdade, mas parece que a questão da moral vai sendo mais relegada a uma região sombria "onde sobrevivem as lembranças de antigas discussões e de problemas ultrapassados, lembrados por piedade, retomados para ser enfim enterrados definitivamente, ou comemorados nessas cerimônias que têm o nome de cursos de história da filosofia, das idéias ou da evolução das sociedades e que são, numa palavra, ocupações para conservadores de museu: o objeto dessas preocupações não existe senão numa distância que tem tudo para amedrontar ou tranquilizar nossos contemporâneos"(9).

O interesse pelas questões de moral, como podemos constatar, não parece ter diminuído. O que infelizmente declina é a verdadeira *discussão* moral sobre a moral. Para quem quer compreender, o inquietante desta fato é que na ausência da discussão as certezas não podem afirmar seu conteúdo contra outras certezas senão pela destruição violenta daquelas. Depois que na Grécia do primeiro milenário antes de Cristo, o senhor desapareceu sem encontrar um sucessor, a discussão nasceu; e o seu aparecimento não é para nós um fato desprovido de sentido e conseqüências, pelo contrário, é o fato mais importante da nossa história porque ele constitui, se não a condição suficiente, ao menos a condição necessária do nascimento dessa mesma história. Foi a discussão, particularmente a discussão moral sobre a moral, que constitui o ponto de partida da história e da civilização da qual somos — queiramos ou não — herdeiros. Este é o ponto de vista do qual Eric Weil, no seu sistema, lê a história, mostrando coerentemente que a razão da ordem é a própria ordem da razão(10).

A questão oportuna é para mim, estudioso e admirador do pensamento de Eric Weil, uma questão de oportunidade. Neste ano ele teria celebrado, no dia 8 de junho, seu octogésimo aniversário. Quero aproveitar a oportunidade que me oferece a Revista Síntese, para prestar uma homenagem ao homem e ao filósofo que, com justiça, deve ser situado entre os maiores que o nosso século conheceu. Não pretendo apresentar uma visão de conjunto ou um resumo do seu pensamento. Qualquer resumo de uma filosofia é, necessariamente, uma traição. Eric Weil mesmo afirmou que "não há visão de conjunto ou ponto panorâmico em filosofia, e o resumo não cria senão a confusão lá onde todo o trabalho não se destina senão a desenvolver o que está envolvido em tudo o que é humano"(11). Reservo para mais tarde um trabalho mais amplo sobre a sua filosofia, e que já está em curso de elaboração.

A oportunidade de prestar uma modesta homenagem a Eric Weil ocorre também no momento em que começam a ser publicados os primeiros resultados de uma grande enquete realizada na Europa sobre *os valores do tempo presente*. O leitor já terá tomado conhecimento do assunto através da acurada recensão que Ivete Ribeiro publicou nessa revista, da edição espanhola do livro de Jean Stoeltz (12). Os resultados da enquete, que Ivete Ribeiro chamou apropriadamente de "fotografia da Europa", serão tomados aqui como quadro de referência para a apresentação de alguns traços da preocupação filosófica de Eric Weil com a necessidade de novamente falar de moral.

Como filósofo, Eric Weil foi um verdadeiro contemporâneo posto que a filosofia, como bem disse Hegel no *Prefácio à Filosofia do Direito*, é o próprio tempo compreendido no conceito ou, com palavras de Eric Weil, ela é "a reflexão da realidade no homem real" (13). A filosofia tem a ver com o presente e com a compreensão do presente. Foi por isso que Hegel a comparou à ave de Minerva que chega com o cair da noite. Se o seu canto é por isso também comparável ao do galo que anuncia-se o levantar-se de um novo dia, não cabe a ela determinar-lhe o curso. Ao filósofo compete compreender o seu tempo.

Neste sentido, os resultados da enquete européia sobre os valores oferecem uma ocasião oportuna para constatar a atualidade da filosofia de Eric Weil e, mais do que isso, para reconhecer a relevância da sua reflexão moral e a urgência da discussão moral sobre a moral que constituía para ele a grande questão do nosso tempo. Neste sentido também, as reflexões que se seguem pretendem estimular entre nós, nesse tempo e lugar que é nosso, a discussão sobre a moral. Foi uma grata surpresa para mim tomar conhecimento, através da recensão de Ivete Ribeiro, do Projeto de Estudos sobre "Sociedade Contemporânea, Família Brasileira e valores: alterações e permanências", em desenvolvimento no Centro João XXIII (Rio de Janeiro). Sem dúvida trata-se de um projeto de grande importância para o momento que estamos vivendo, e seus resultados poderão oferecer o ponto de partida e o campo sobre o qual uma verdadeira e fecunda discussão moral poderá se implantar. A constatação é indispensável à compreensão da realidade. Entretanto, a realidade não se torna penetrável senão sob a condição de ser inscrita num quadro conceitual que lhe descubra a estrutura e que permita tomar juntas as suas contradições na unidade de um sentido. Os casos individuais, a unicidade histórica, admitem a constatação mas interditam a sua compreensão. É por esta razão que o filósofo, depois de Sócrates, é chamado a sacrificar os lares da contemplação para ocupar-se da coisa pública, para experimentar a

única satisfação que lhe é devida: a satisfação de realizar o seu papel, de cumprir a tarefa que lhe é própria(14).

2. UMA FOTOGRAFIA DA EUROPA ATUAL

Seria impraticável querer assumir aqui o livro de Jean Stoetzel que vale, como bem observou Ivete Ribeiro, pela acuidade das análises transversais que apresenta e pela abundância de dados que entram em consideração. Pretendo simplesmente destacar alguns dados evidenciados pelas análises e algumas conclusões que as suas articulações possibilitam. Assim que vou seguir o autor, menos preocupado com cifras e gráficos (o livro de fato merece ser lido por inteiro) e mais atento a alguns elementos que servirão de ocasião para um posterior esboço de reflexão em moldes weilianos.

Jean Stoetzel dedica o primeiro capítulo da obra à apresentação das idéias dos Europeus sobre a moralidade em geral: "porque a moral é o conjunto das regras que guiam a conduta, é pelo domínio da moral que convém começar o exame das opções europeias de valor" (p. 21). Se por um lado "a mudança dos valores é um fator que se pode constatar na enquete, mesmo que de maneira indireta" (p. 23), por outro lado essa mudança não atingiu ainda o ponto de transformar radicalmente ou de inverter alguns dos assim chamados valores tradicionais da sociedade europeia construída sob forte influência cristã. Baste para provar isto a constatação de que a família é ainda para a metade dos Europeus um valor pelo qual estariam dispostos a sacrificar tudo; que apenas um sobre cinco pessoas sustentam ser o casamento uma instituição ultrapassada; que apenas um quarto dos consultados pela enquete aprova uma completa liberdade sexual e que seis sobre dez pessoas reconhecem que experimentam freqüentemente, ou pelo menos de vez em quando, o sentimento de pesar por seus atos (pp. 23s).

É suficientemente claro que alguns elementos apontam na direção de uma moral que se distancia progressivamente do dogmatismo tradicional. Por exemplo: a enquete pedia a escolha entre duas fórmulas intransigentes:

"As vias do bem e do mal são perfeitamente claras. Elas se impõem sempre a cada um, quaisquer que sejam as circunstâncias".

"O bem e o mal dependem inteiramente das circunstâncias do momento".

No conjunto 60% escolheu a segunda, mas o exame das categorias de situação das pessoas onde a escolha desta fórmula se situa entre sete e oito vezes sobre dez (e a análise distingue 169 categorias), mostra que “trata-se dos que se inscrevem politicamente à esquerda, dos que seguiram os estudos até 21 anos e mais, dos que gozam de elevadas rendas, dos que vivem em concubinato, dos que não pensam que seja um dever incondicional amar e respeitar os pais, dos partidários de uma liberdade sexual total, dos jovens, dos que não creem em Deus, dos que pensam que se pode encontrar desculpas para o terrorismo, dos permissivos, dos estudantes” (p. 27).

Igualmente interessante é observar o que se mostra quando se considera quais são as virtudes que os europeus desejariam prioritariamente inculcar aos seus filhos. Sobre uma lista de 17 “qualidades” das quais dever-se-ia escolher as 5 mais importantes, a virtude mais frequentemente escolhida em todos os países (salvo na Espanha, por razões que, segundo Stoetzel, cabe a eles explicar!) foi a honestidade, atingindo e às vezes ultrapassando a proporção de três quartos; enquanto que a segunda virtude mais escolhida, a tolerância e o respeito pelos outros, apenas atinge a média de um caso sobre dois. O que chama a atenção é que dividindo a lista das virtudes tradicionais e virtudes inovadoras, 52% da média das preferências recai sobre as tradicionais e 48% sobre as de inovação (15).

Uma última observação geral sobre a moralidade. As análises sobre o rigor moral e a permissividade apontam duas variáveis diametralmente opostas que poderiam ser expressas em termos de otimismo pessoal contra um pessimismo social. Para pôr à prova o rigor moral dos Europeus, 22 questões referentes a comportamentos moralmente discutíveis foram respondidas quanto ao seu grau de justificação numa escala que ia do “sempre justificável” ao “nunca justificável”, exprimindo assim o grau de severidade ou de indulgência sobre um comportamento determinado. Entre as faltas *mais desculpáveis* situam-se em ordem decrescente o assassinato em legítima defesa, o divórcio, o aborto, a eutanásia, a homossexualidade, a prostituição, as aventuras amorosas entre pessoas casadas. As faltas *menos desculpáveis* são, em ordem decrescente, “emprunt” de carro (16), o assassinato político, a droga, o entrave à liberdade de trabalho, a aquisição de objetos roubados, a corrupção, a fraude à Segurança Social. Nota-se, portanto, uma dicotomia significativa entre o público e o privado, entre o pessoal e o social. As condutas mais condenáveis são as que atentam contra a propriedade ou contra a vida social e profissional, enquanto que as menos condenáveis dizem respeito à auto-defesa e à livre disposi-

ção do próprio corpo, o que produz a imagem geral de rigorismo para a vida pública e laxismo para a vida privada.

O capítulo sobre a Política apresenta alguns dados surpreendentes para o leitor não europeu que conheça o ambiente político da Europa apenas através da imagem projetada pelos grandes meios de informação. Pode surpreender, por exemplo, a constatação que "de fato a política não é para os Europeus um objeto de interesse maior" (p. 44); que apenas 5% são ativistas políticos, na sua maioria homens entre 25 e 45 anos, de instrução superior, profissões liberais, com altas rendas ou então estudantes (p. 45); que no conjunto a extrema esquerda constitui 7% da população e que a extrema direita 5%; que, enfim, "os Europeus são a favor de um socialismo muito moderado" (p. 53).

Surpreende, por exemplo, que os recentes movimentos pacifistas não tenham sido particularmente analisados na enquete. Ao menos o "informe geral" de Stoetzel não faz nenhuma referência específica ao fenômeno, o que poderia ser atribuído mas só em parte, a época em que foi realizada a enquete (1980 - 1981). Indiretamente, porém, o problema do pacifismo dá alguns sinais de vida: o internacionalismo aparece como um valor da esquerda e o apego à pátria da direita, os que se situam na extrema esquerda são duas vezes menos dispostos a pegar em armas pelo seu país que os que se situam na extrema direita; mas também aparece que os Europeus de esquerda creem menos na eventualidade de uma guerra num futuro próximo que os seus compatriotas de direita (p. 56).

Ainda sobre a Política, no que se refere aos sentimentos e ações, os sentimentos de satisfação e insatisfação foram analisados em escalas de 1 a 10, e as quatro medidas de satisfação assim se mostram em ordem decrescente: a satisfação familiar, a satisfação profissional, a satisfação geral e a satisfação financeira (p. 62). Quanto à confiança nas instituições que "exprime e mede o sustento concedido ao sistema social no que se vive", é interessante notar que a polícia, as forças armadas, seguidas do judiciário, ou seja as instituições relativas à manutenção da ordem e da segurança, são as que merecem, em ordem decrescente mas largamente superior à média, os mais elevados índices de confiança. Em seguida, aparecem, com um índice de confiança ligeiramente superior à média, o Sistema Escolar e Universitário e a Igreja (salvo na Holanda). O Parlamento (exceto para os alemães, os franceses e os espanhóis, mas principalmente para os italianos), a Administração (salvo para os ingleses e irlandeses mas não para os italia-

nos), as Grandes Sociedades (mais ainda para os italianos) e a Imprensa (exceto para os espanhóis), estão todas em ordem decrescente, situadas em níveis de confiança sensivelmente inferiores à média. O Sindicato, entre as dez instituições consideradas, é aquela na qual se tem menos confiança, e esse dado é interessante se se considera que a confiança decresce da esquerda para a direita, e que o sindicato é visto como um instrumento dos que desejam mudar as leis por meios outros que parlamentares (pp. 63 - 71).

O 4o capítulo é sobre a Religião. A Europa, em particular os países mediterrâneos, desde os albores de nossa era foi o terreno mais fecundo e mais trabalhado para a produção do que chamamos com nome genérico (as mais das vezes pejorativo) de Civilização Cristã Ocidental. O nosso século, particularmente nessas últimas décadas, tem sido, também genericamente, caracterizado pelo fenômeno da laicização cujo sintoma talvez mais evidente é o declínio da prática religiosa. A enquete européia confirma, por um lado, que a prática religiosa está em declínio mas, por outro, evidencia que a laicização da Europa permanece relativa. Em primeiro lugar porque as instituições religiosas, como vimos, gozam ainda de um índice de confiança acima da média; em seguida porque o sentimento religioso permanece, manifestando-se como necessidade de rezar, de se recolher, de meditar sobre o sentido da vida: três quartos dos Europeus afirmam acreditar em Deus, dois terços se consideram religiosos, 12% se diz sem religião e apenas 5% afirma um ateísmo convicto. "Na sua maioria os Europeus declaram que Deus é importante para eles" (p. 89).

Os resultados da enquete sobre a observância dos Dez Mandamentos, analisados segundo as categorias de "mandamentos religiosos", "mandamentos sexuais" e "mandamentos morais", são particularmente interessantes por evidenciarem que "os fundamentos éticos, dados no Sinai, permanecem a base sólida" da sociedade européia e que, portanto, "não é ilegítimo, sobre a base das respostas recolhidas, dizer que a sociedade européia no seu conjunto de crentes e não crentes, de fiéis e não fiéis, permanece uma sociedade de observância judeo-cristã" (p. 100). Sintoma disso é não só o sentimento religioso que se expressa em necessidade ou hábito de se recolher, rezar, meditar, mas também o que se chama "busca do sentido" que ultrapassará em frequência os hábitos de rezar, meditar, recolher-se: "mais de sete pessoas sobre dez reconhecem pensar frequentemente ou de tempos em tempos no sentido e fim da vida". É claro que essa preocupação está associada a atitudes religiosas (e a enquete revela que ela decresce regularmente à medida que se tem menos necessidade de Deus), mas ela

persiste com força "posto que ela afeta ainda os dois terços daqueles que dizem que para eles a importância de Deus é quase nula" (p. 103).

O capítulo que se segue é sobre Os Valores na Família. Jean Stoetzel começa ironicamente, para afirmar que a contestação da família não é um fato novo na Europa, citando um texto de André Gide(17). Entretanto, a enquete européia vem revelar que a família é um valor cardinal para os europeus e que "é justamente essa possessão da intimidade familiar que a grande maioria dos Europeus busca ainda hoje" (p. 121s). É na família que uma sobre duas pessoas prefere passar seus lazes; dois terços das pessoas afirmam sentir-se distendidos e seguros em família e apenas 10% do total das pessoas entrevistadas diz que são raramente ou nunca felizes (p. 122s).

A família deve ser entendida aqui como família conjugal ou nuclear, isto é o casal e os filhos (em média 2). Daí que são interessantes os resultados da enquete no que se referem às condições do casamento bem sucedido segundo os Europeus. Sobre uma lista de 13 condições, mais de 80% das pessoas apontam como prioritárias para o sucesso do casamento o respeito e estima mútuos entre os esposos, e a fidelidade. Em seguida aparecem o espírito de compreensão e de tolerância, as relações sexuais satisfatórias, o fato de ter filhos e também o de dispor de uma habitação independente dos pais (p. 125). Estas seis condições acima enumeradas foram todas escolhidas pelo menos pela metade do público europeu. As outras (identidade de visões políticas, religiosas ou de origem social, os aspectos econômicos e materiais da vida, a renda, a qualidade da habitação e a distribuição dos encargos da casa) são considerados freqüentemente muito menos importantes (p. 127). Assim que apesar das diferenças constatadas quanto à situação dos entrevistados, quanto à idade e posição política, "a idéia que brota dos dados recolhidos é que o sucesso do casamento europeu repousa bem mais sobre condições psicológicas e morais que sobre condições materiais" (p. 127s).

Os dados relativos ao divórcio e as razões estimadas suficientes para se divorciar são igualmente interessantes e confirmam, de certo modo, a mentalidade média dos Europeus quanto às condições de um casamento feliz. Numa lista de dez razões suficientes para o divórcio, quatro dentre elas foram consideradas importantes apenas por uma frágil minoria: a esterilidade do casal (7% na média), as dificuldades financeiras (4%), a longa enfermidade do cônjuge (3%) e o desacordo com a família do cônjuge (3%). A razão mais freqüentemente aponta-

da como suficiente para o divórcio é a violência de um cônjuge (77% na média), a segunda razão é a infidelidade crônica (72%). Nestes dois pontos nota-se um acordo entre o juízo moral do público com a legislação da maioria dos países nos quais se realizou a enquete. Em seguida aparecem duas razões que a legislação oficial desconhece: o fim do amor para um dos cônjuges (58%) e o alcoolismo inveterado (54%). A incompatibilidade de gênios e a falta de harmonial sexual foram apontados como razões consideradas suficientes por 46 e 23%, respectivamente, da média dos Europeus (pp. 129ss, ver gráfico p. 142).

O capítulo que se segue, sobre Os Valores e o Trabalho mereceria uma consideração muito mais detalhada do que a que posso fazer nesse momento, principalmente tendo em vista uma reflexão posterior sobre o mecanismo social e a relação indivíduo — sociedade tal como encontramos na *Filosofia Política* de Eric Weil(18). Uma constatação de caráter geral da enquete deve ser, contudo, retida como importante: "herdeiros no seu conjunto da Bíblia e dos filósofos gregos, tendo recebido, freqüentemente sem o saber, a mensagem do *Gênesis* e a da *Política* de Aristóteles, para os Europeus o trabalho do homem livre é ao mesmo tempo um escândalo e uma forma de maldição. Um terço dentre eles aprovaria uma diminuição da importância do trabalho na nossa vida e essa proporção se eleva entre os Franceses a 57%" (p. 148).

Entretanto, quando se mede o índice de satisfação pessoal no trabalho, apenas 4% dos Europeus se dizem muito insatisfeitos, 29% se afirmam muito ou completamente satisfeitos, dois terços se dizem orgulhosos do que fazem e mesmo um terço dos Europeus se dizem muito orgulhosos do trabalho que realizam. Junto com esses dados deve-se notar que 53% afirmam ter mais ou menos freqüentemente o sentimento de serem explorados (e este sentimento afeta 64% dos ingleses) (p. 150s). Porém, os Europeus em geral não reclamam da sua situação financeira. Quando se lhes pede para situarem-se numa escala de satisfação financeira, dois terços escolhem a parte positiva numa escala de satisfação financeira, dois terços escolhem a parte positiva da escala (entre os Holandeses a proporção atinge 85%), e, em 5 países essa proporção de satisfeitos atinge ou ultrapassa os três quartos (p. 153).

Um anexo ao sexto capítulo apresenta a situação do Sindicalismo na mentalidade dos Europeus. No seu conjunto, considerando sexos, idades e níveis ou tipos de atividades juntos, a proporção dos sindic-

lizados atinge a 20%. Mas as variações nacionais são consideráveis: 53% na Dinamarca e 8% na Espanha (p. 164). O sindicalismo é uma instituição diretamente ligada à atividade remunerada, mas um fato importante a ser considerado é o interesse dos sindicalizados pela política. Entre os que se interessam ativamente pela política, encontra-se 3 vezes mais de sindicalizados que entre os que não demonstram nenhum interesse pela política. Como observa Jean Stoetzel, é difícil detectar o *primum movens*, isto é, se é a participação a um sindicato que estimula a politização ou o contrário. Em todo caso, a enquete constata que é o descontentamento que produz a sindicalização (p. 164s). Os sindicalizados que se mostram motivados no domínio político situam-se sempre mais à esquerda, mas no conjunto é uma esquerda moderada (p. 165). É sobretudo a profissão que permite distinguir os sindicalizados: "eles são 45% entre os trabalhadores manuais qualificados, 36% entre os não qualificados, 31% entre os não-manuais, 24% entre os dirigentes e membros das profissões liberais, e somente 13% entre os agricultores. Para o conjunto da Europa, sobre cem sindicalizados, encontram-se 44 manuais divididos em dois grupos iguais entre qualificados e não qualificados, 27 não-manuais, 12 dirigentes e membros de profissões liberais, 9 aposentados, 4 desempregados. As outras categorias contribuem para o total cada uma com 1% e especialmente entre os agricultores" (p. 168).

O sétimo capítulo apresenta os resultados da enquete no que se refere à Pessoa, o Mundo e os Outros. Foi certamente a partir desses resultados que o sub-título da apresentação que fez o jornal *Le Monde* do livro de Jean Stoetzel dizia, com uma quase ironia: "A felicidade existe, os Europeus a encontraram". De fato, três quartos dos europeus se dizem felizes, um sobre cinco se diz muito feliz e somente um sobre cem do total afirma não ser absolutamente feliz (p. 174).

Se nos perguntamos em que consiste a felicidade dos Europeus, a resposta que a enquete parece indicar é: em satisfações pessoais. A satisfação familiar, por exemplo, supera todas as outras satisfações, o que confirma a preeminência da família como valor para os Europeus. A satisfação no trabalho e a satisfação financeira variam paralelamente, a primeira excedendo sempre a segunda. Já vimos que um terço dos Europeus desejaria trabalhar menos, mas o trabalho é apreciado por eles na medida em que traz segurança e em que permite exprimir suas capacidades e tomar iniciativas. Finalmente, a saúde apresenta-se também como um dos elementos constitutivos da felicidade dos Europeus: 36% se julga em boa saúde e 22% em muito boa saúde. Apenas um sobre dez se diz em má ou muito má saúde. A constatação que se

impõe é que o índice do estado de saúde está ligado de maneira quase proporcional ao da satisfação geral da vida (p. 176).

Ainda uma observação interessante sobre este capítulo. Para medir o grau de inquietação com relação ao futuro do mundo em que vivem, os entrevistados foram colocados diante da seguinte afirmação: "o futuro é tão incerto que vale mais a pena viver o dia de hoje". Somando-se os 9% que se recusaram responder aos 49% que se manifestaram concordes com a fórmula, pode-se dizer que na Europa ocidental um certo pessimismo social atinge pelo menos a metade da população, embora os níveis variem bastante de um país para outro (por exemplo: 67% entre os ingleses e irlandeses e 26% entre os alemães) (p. 182). E, note-se, de passagem, que a Alemanha Federal tem sido a ponta mais avançada dos movimentos pacifistas, e o "calcanhar de Aquiles" das negociações sobre a instalação dos mísseis de médio alcance.

Do capítulo sobre o efeito das condições objetivas quero destacar apenas um fator que se impõe como o mais importante e, talvez, junto com o fator idade, o mais determinante na formação e transformação da mentalidade ou da consciência moral dos Europeus. Trata-se da elevação do nível de instrução. A enquete revela, entre outros, os efeitos de uma instrução mais avançada: ela torna as pessoas mais pacifistas, anti-militaristas, mais internacionalistas e, por conseqüência, enfraquece o patriotismo (p. 205). O grande investimento que as sociedades européias começaram a fazer, principalmente desde o final do século passado, no desenvolvimento da instrução está manifestando agora os seus efeitos. Os mais instruídos se mostram mais livres moral e socialmente, menos apegados à família, à religião, ao seu país. Em contrapartida eles têm melhores relações com os outros, eles começam compreendê-los melhor, eles se mostram mais seguros de si, mais confiantes e, talvez, serão mais felizes (p. 207s).

O décimo capítulo, sobre os valores e as idades da vida, aponta o segundo fator determinante da aceleração na evolução das mentalidades que conheceu a Europa nos últimos decênios. Conjugado ao fator instrução, o fator idade mostra ainda mais o seu peso. Se o nível de instrução já apontava para o desenvolvimento do espírito crítico e da permissividade, da contestação do casamento, da maior aceitação do divórcio e do aborto, se apontava para a diminuição das práticas religiosas, para o aumento do interesse pela política e da contestação das instituições, este fator associado ao aumento da população jovem, que é a população mais instruída, dá um resultado que pode ser con-

siderado explosivo para a mudança de mentalidade na Europa nos nossos dias.

Baste um exemplo para ilustrar o fenômeno: a questão do casamento. Jean Stoetzel se pergunta se é possível concluir, a partir dos dados, que houve mudança no sentido da instituição matrimonial. E faz a seguinte consideração: "Sociologicamente em todas as sociedades humanas, e juridicamente ainda entre nós, a instituição do casamento tem por função principal designar a descendência legítima, com as conseqüências que isto acarreta para o nome, o parentesco, e os bens. Está ela doravante sendo entendida como legitimando relações sexuais regulares, sem grande preocupação com a descendência? Isto concordaria bem com as respostas recolhidas na enquete européia sobre os fatores considerados como importantes para assegurar o sucesso de um casamento. Entre os mais freqüentemente mencionados como importantes, encontra-se o bom relacionamento sexual e a presença dos filhos. Ora, o relacionamento sexual é bem mais freqüentemente considerado como um fator importante pelos jovens, a presença dos filhos pelos velhos. Se pois os jovens, ainda que em proporção menos forte que os velhos, continuam a pensar, em substancial maioria, que o casamento não é uma instituição ultrapassada, é talvez porque eles não dão mais o mesmo sentido à instituição" (p. 235).

O último capítulo do livro trata das homogeneidades e diferenças: Nove países, uma Europa. Os fatores de homogeneidade mais importantes parecem ser a longa tradição judeo-cristã e o elevado nível de desenvolvimento nos nove países considerados na enquete. Certas diferenças importantes, por exemplo como relação à religião, são bastante evidentes. Mas as diferenças devem ser compreendidas com relação às normas do juízo próprias a cada país, que poderia explicar alguns aspectos surpreendentes revelados pela enquete. Por exemplo: como explicar que o pouco gosto pelo trabalho, que é a tônica dos espanhóis, possa ser partilhado pelos alemães? Ou ainda, como interpretar o fato de que os ingleses são os que se sentem os mais explorados e os mais pessimistas face ao futuro, e que os italianos são os que se sintam mais à esquerda?

O livro termina com um postfácio, uma pergunta cuja resposta é outra pergunta: "Para onde vai a Europa? Resposta: para onde vai o mundo? Feliz aquele que pode descansar com confiança sobre uma filosofia da história" (p. 291). O autor não pretende fazer nenhuma extrapolação para o futuro, quer apenas retomar alguns dados significativos evidenciados pela enquete sobre os valores. Neste sentido, des-

taca o fato que "para muitos dos Europeus o valor central reside na pessoa, isto é na minha pessoa" (p. 292). Trata-se, portanto, de uma noção estritamente individual de pessoa, com os valores que lhe são ligados: a felicidade, a segurança, a liberdade de ação e de decisão, o domínio do destino pessoal, a realização de si, a consideração social e o lazer. É dentro dessa concepção que se deve entender o fato que para a maioria dos Europeus a família traga as mais elevadas satisfações: "do ponto de vista do indivíduo enquanto pessoa, não é ele que é um elemento da família, é a família que é uma parte quase central da sua personalidade" (p. 293).

É dentro desse mesmo espírito que, segundo Jean Stoetzel, deve-se interpretar as atitudes dos Europeus com relação ao trabalho (p. 293s), com relação à moral em geral e à religião (p. 294s), e com relação à política (p. 295ss). Se alguma coisa está acontecendo na Europa em termos de transformação dos valores assim chamados tradicionais, é entre os jovens que a resposta deve ser buscada, pois "é deles que depende o futuro dos valores na Europa..." (p. 297). Mas isto não autoriza qualquer prognóstico seguro a partir dos dados da enquete que brotam, como sabemos, de análises transversais e não longitudinais.

NOTAS

- (1) A conferência "Faudra-t-il de nouveau parler de morale?" foi primeiro publicada nas Atas do Congresso de Filosofia organizado pelas Faculdades Universitárias Saint-Louis de Bruxelas, no volume intitulado *Savoir, faire, espérer: les limites de la raison*, Bruxelles 1976, 265-284. Posteriormente foi publicada em: Eric WEILL, *Philosophie et Réalité. Derniers Essais et Conférences*, Paris 1982, 255-278, volume organizado por Emilienne Naert, Gilbert Kirscher, Jean Quillien e outros amigos e ex-alunos de Eric Weil, que também são fundadores do "Centro Eric Weil" junto à Faculdade de Filosofia da Universidade de Lille III (França). Alguns dados biográficos sobre Eric Weil podem ser encontrados na introdução de Yvon Belaval ao volume *Philosophie et Réalité* (aqui citado com a sigla DEC), e também na introdução de Livio Sichirollo à tradução italiana do artigo "Masses et individus historiques" que Eric Weil escreveu em 1957 para a *Encyclopédie Française*, vol. XI (cf. *Masse e individui storici*, trad. de Massimo V. Ferriolo, Milano 1980), e posteriormente publicado em: Eric WEILL, *Essais et Conférences*, II, Paris 1971, 255-325 (aqui citado EC, II). Pode-se ver também: P. SALVUCCI, "É morto il filosofo Eric Weil", em *L'Unità*, 4 febbraio 1977; M. RÈGNIER, "Eric Weil", em: *Encyclopaedia Universalis France*, Universalis 1978, 631-632; H. GOUIER, "Compte rendu de la séance", em *Bulletin de la Société Française de Philosophie* 71 (1977) 80-81.

- (2) Eric Weil, *Die Pietro Pompanazzi Lehre von dem Menschen und der Welt*, publicada posteriormente com o título "Die Philosophie des Pietro Pompanazzi", em: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, XLI, 1-2 (1932) 127-176.
- (3) Pietro Pompanazzi (1462-1525) foi um filósofo aristotélico-alexandrinista e uma das personalidades mais representativas do Renascimento filosófico italiano. Sua originalidade na tentativa de renovar o pensamento da Escolástica então dominante consistiu no retorno à Aristóteles, não segundo os cânones do Tomismo mas numa retomada das conclusões dos comentadores gregos, particularmente de Alexandre de Afrodísia. Mesmo sem ter renegado a fé, pelo seu espírito crítico e polêmico, passou à história como um dos precursores da filosofia moderna, por ter separado a razão da fé e ter conferido à primeira uma radical autonomia com relação à exigência religiosa. Sua obra mais importante é o *De immortalitate animae* (Bologna 1516), na qual recolhia suas meditações de psicologia, de metafísica e de moral (principalmente as conseqüências éticas da sua doutrina que afirmava a mortalidade de alma: a impossibilidade de ligar o exercício da virtude à idéia de um prêmio ou castigo ultra-terreno, e a afirmação decidida da autonomia da consciência moral); Cf. *Enciclopedia Filosofica*, vol. V, col. 149-154 (Centro di Studi Filosofici di Gallarate). O discipulado de Eric Weil junto a Ernest Cassirer abriu seus horizontes intelectuais não só para o pensamento antigo mas também para a filosofia de Kant e de Hegel. A relação com Hegel aparece na sua grande obra *Logique de la Philosophie*, Paris 1950 (citada LPh), e no pequeno livro *Hegel et L'État*, Paris, 1950, ambos apresentados como tese de doutorado de Estado da Sorbonne, sob a direção de Jean Wahl; cf. "Soutenance de thèse", em: *Revue de Métaphysique et de Morale* 56 (1951) 445-448. A influência de Kant permeia toda a obra de Eric Weil, particularmente a sua *Philosophie Politique*, Paris 1956, e a *Philosophie Morale*, Paris 1961. A chave da sua interpretação de Kant encontra-se no livro *Problèmes Kantians*, Paris 1963 (segunda edição revista e aumentada em 1970). Eric Weil, de fato, se definia como um "kantiano pós-hegeliano", segundo o testemunho de pessoas que o conheceram.
- (4) A mais completa bibliografia de Eric Weil foi organizada por Gilbert Kirscher e encontra-se no final de DEC, Paris 1982, 375-400.
- (5) Ver, por exemplo, o magnífico artigo "La Philosophie est-elle scientifique?", em: *Archives de Philosophie* 33 (1970) 353-369 (todo este número de *Archives* é dedicado em homenagem a Eric Weil).
- (6) Eric Weil, *Philosophie Morale*, Paris 1962², 90: "La philosophie, en particulier, si elle tient à être vraie, n'est qu'une collection que banalités et ne peut être que cela: si elle ne dit pas ce que tout l'homme sait (...), si elle ne dit pas ce que permet à tout homme de reconnaître qu'il s'agit de lui-même et de ce qu'il fait, sent, voit, pense, la philosophie sera originale, c'est-à-dire fautive, et sa fausseté se montrera, soit dans son incohérence, soit dans son incapacité de retrouver ou de conserver la possibilité de comprendre positivement ce qui, selon les discours et les actions de tout le monde, im-

porte". Neste sentido, são muito oportunas as palavras de R. SAINT-JEAN, na recensão à *Filosofia Moral* de Eric Weil: "Mieux vaut la banalité d'une théorie vraie que le brio factice d'une dialectique vide", cf. L'École 14 (1962) 610.

- (7) Eric WEIL, *LPh*, Paris 1974², 425.
 (8) Eric WEIL, "Parler de morale", DEC, 257.
 (9) Id., *ibid.*, 255.
 (10) Ver particularmente o capítulo sobre a Discussão na *LPh*, 121-138.
 (11) Eric WEIL, *LPh*, 440.
 (12) Ver Síntese 30 (1984) 98-102. A edição que vou utilizar neste trabalho é a francesa: *Les valeurs du temps présent: une enquête européenne*, Paris 1983. Ver também a apresentação feita pelo jornal *Le Monde* de 20/21 de novembro de 1983, p. 25.
 (13) Eric WEIL, "Souci pour la philosophie, souci de la philosophie", em: DEC, 6-22, aqui: 13.
 (14) PLATÃO, *República*, VI, 497 a; VII, 519 c – 520 e.
 (15) Vale a pena ver o quadro de classificação das virtudes (p. 29):

| Freqüência % | Tradição | Inovação |
|--------------|-----------------------|---------------------------------|
| 73 | Honestidade | |
| 51 | | Tolerância, respeito pelo outro |
| 49 | Boas maneiras | |
| 46 | | Senso de responsabilidade |
| 34 | Cortesia | |
| 32 | | Lealdade |
| 29 | | Auto-domínio |
| 27 | | Independência |
| 25 | Obediência | |
| 23 | Aplicação ao trabalho | |
| 21 | Espírito de economia | |
| 18 | | Perseverança |
| 17 | Fé religiosa | |
| 15 | | Altruísmo |
| 14 | Paciência | |
| 13 | | Imaginação |
| 10 | | Senso de comando |

- (16) A expressão "emprunt de voiture" no francês corrente traduz a ação, muito comum nesses tempos, de arrombar um carro para utilizá-lo durante um certo tempo (enquanto tiver gasolina) e depois abandoná-lo em qualquer lugar.
 (17) "Familles, je vous hais, foyers clos; portes renfermées; possessions jalouses du bonheur", André Gide, *Les nourritures terrestres*, 1897, citado na p. 121.
 (18) Eric WEIL, *Philosophie Politique*, Paris 1971³, 61-128.